

GOVERNAR É SUPERAR-SE

§. IX. 5º

«Governar é superar-se, muito mais que impor-se». Esta sentença de um dos nossos últimos editoriais merece ser meditada, pois oferece critério seguro para a escolha do futuro governador do Estado.

Governar é superar-se, e que significa isto? Que posto no govêrno, deixa o homem de ser um simples indivíduo, a mover-se livremente na sociedade com os seus vícios e as suas virtudes, para se tornar um magistrado, superior às debilidades da natureza humana, esquecido de si, para atentar principalmente, senão sòmente, nos interêsses da coletividade, isto é, de correligionários e adversários, de amigos e inimigos. Para êle, tem literal interpretação o preceito que manda amar ao próximo, como a si mesmo. E talvez ainda seja pouco: o bom governante, como um apóstolo, deve amar mais ao próximo, do que a si mesmo. Não é, não pode ser uma criatura de sentimentos vulgares.

Isto queremos significar, com dizer que governar é superar-se. E' superação contínua, de todos os dias, de todos os momentos, a que se lhe exige. A propósito de tudo, deve o governante esquecer-se de si mesmo, dos seus interêsses e da sua comodidade, para atentar sòmente em sua missão.

Dir-se-á não ser isto humano. Não é o humano comum, o humano corrente — reconhecemos. Mas ainda é humano, embora invulgar. E que é, ou deve ser o governante, senão um homem excepcional, proeminente na coletividade? Sendo excepcional a sua situação, não é demais, antes rigorosamente necessário, que excepcionais sejam os seus atributos e que, mais do que qualquer outro, êle saiba superar-se. E' homem, não pode deixar de ser homem, mas deve ser homem de alta categoria. E, note-se, quer se trate de governar um país, quer um Estado, quer um simples município: tudo é governar homens.

Governar é, pois, superar-se, muito mais do que impôr-se. Seja, quanto à primeira parte da proposição. Mas, quanto à segunda? Governar não é dirigir, comandar? Como não se há-de impor o governante, se conseguiu superar-se e deve governar? A sua autoridade não se exercerá então em proveito próprio, ou dos seus, senão em benefício da coletividade. Ele poderá impor o que lhe parecer útil ou necessário. Não só poderá, mas também deverá fazê-lo.

Tal é, porém, a doutrina do absolutismo, pois esta pressupõe também que o governante vise o bem comum e para isto receba até a inspiração divina. Tratando-se, porém, de democracia, não basta a convicção pessoal do governante, se ela contraria o pensamento e os sentimentos da maioria. Por mais convencido que esteja da sua razão, deve êle assegurar-se a adesão da maioria. Governante democrático não é o que impõe, senão o que convence, o que governa esclarecendo e persuadindo e se submete, quando o não consegue.

Mas não é sòmente na doutrina do absolutismo que o governante se impõe à coletividade. Com o caudilhismo, que é forma degradada do poder pessoal, o governante também se impõe, e não por um direito sobrenatural, senão simplesmente pela força própria, ou pela dos cargos que ocupa. Longe, muito longe de superar-se, êle desce aos mais baixos degraus da humanidade. O caudilhismo é a degradação do homem, do que o exerce e dos que o sofrem.

Governar é, assim, muito mais superar-se, do que impor-se. Não cremos que se possa ter em dúvida êste princípio. Tememos, sim, que graças à nossa crescente perversão democrática, dêle se esteja perdendo consciência. O caudilhismo, já banido do Rio Grande, está voltando a galope, embora com outra roupagem.

Procuremos, porém, reavivar na mente dos nossos concidadãos êste princípio verdadeiramente fundamental. O homem que se propõe governar a coletividade, deve começar por governar-se a si mesmo, deve sobrepujar-se, deve superar-se. O que se deixa arrastar pela paixão não tem o principal requisito para governar os outros.

Enunciado e aceito êste critério (não sabemos como êle se poderia recusar depois de enunciado) enunciado e aceito êste critério, fácil se torna decidir entre os dois candidatos que se apresentam ao govêrno do nosso Estado. Qual dêles não se domina, qual dêles se entrega inteiramente à paixão do mando, qual dêles tem um irreprimível temperamento caudilhesco? Pois se êste se pode facilmente reconhecer pelas frequentes demonstrações que de si dá, votar no outro é o dever de todo cidadão consciente. Não precisamos nomeá-los. Eles por si se definem.